

REFORÇO NO COMBATE À PIRATARIA

*Instituto
Combustível
Legal cria núcleo
para atuar contra
mercado irregular
de lubrificantes*

ENTREVISTA

Por Renato Vaisbih

Com atuação importante na área de combustíveis desde 2020, o Instituto Combustível Legal (ICL) passa a ter um olhar mais voltado também para os problemas no mercado de lubrificantes.

Nesta entrevista, o diretor do ICL, Carlo Faccio, e o consultor para o segmento de lubrificantes, André Alves, explicam os principais pontos de atuação.

Sindilub Press: O podemos destacar da atuação do ICL?

Carlo Faccio: *Desde a sua fundação, em 2020, o ICL iniciou um trabalho para melhoria do ambiente concorrencial, muito focado em situações operacionais, com relação a problemas de qualidade e quantidade. Com o tempo, fomos incorporando outras funcionalidades que estão relacionadas às origens dos problemas. Então, começamos a trabalhar, além do monitoramento do mercado e denúncias de ilícitos nos postos, também passamos a trabalhar em situações que se referem a questões tributárias e regulatórias. Com isso, conseguimos motivar diversas mudanças. Dentre as que consideramos de extrema importância estão as relacionadas com a inclusão do combustível, com exceção do eta-*



nol, na monofasia, que era necessidade do setor que já vinha sendo discutida de forma ampla e, posteriormente, a colocação disso dentro da reforma tributária, onde o ICL teve um papel relevante. A gasolina e o diesel já estão nessa modalidade e isso deve

diminuir bastante a sonegação tributária. Em compensação, a gente ainda tem uma série de atuações necessárias para mitigar o problema tributário, como a caracterização do devedor contumaz, que a gente vem trabalhando forte para que se possa

eliminar as distorções de não-pagamento dos tributos. O débito tributário no país é superior a R\$ 180 bilhões e a gente pode reverter isso, com o tempo, se houver a caracterização do devedor contumaz. As ações do ICL nesse sentido ganharam robustez e se tornaram referência no mercado e até dos órgãos de fiscalização, que contribuímos para identificar zonas de calor e apoiamos as ações para que realizem um serviço mais assertivo.

Sindilub Press: E como se deu o início da atuação do ICL no setor de lubrificantes?

Carlo Faccio: Fomos incorporando outras atividades e, mais recentemente, incluímos a participação de lubrificantes. São coisas correlacionadas – combustíveis e lubrificantes – e a indústria utiliza o ICL como um elemento de combate a ilícitos, até por conta da proximidade com os órgãos de fiscalização e até mesmo a estrutura totalmente segmentada para buscar esses mesmos contraventores que se utilizam da modalidade de combustível também se utilizam dos lubrificantes para cometerem ilícitos. Então, o ICL começou a incorporar esse trabalho na virada do ano, criando um núcleo específico, onde o André Alves está à frente, para organizar o direcionamento de esforços e trabalhos conjuntos, buscando identificar o que a chama de bateadeiras ou misturadoras, reaproveitamento de óleo, clonagem de embalagens e até a pirataria do óleo. Acho que o histórico que a gente tem de quatro anos vai ser importante para a gente operar na área de lubrificantes e trazer os mesmos bons resultados que a gente já vem obtendo no setor de combustíveis.

Sindilub Press: A gente vê que a ANP vem aumentando o número de ações de fiscalização de combustíveis e lubrificantes. Como isso impacta o mercado?

Carlo Faccio: O ICL é uma ferramenta para levar insumos e os órgãos competentes façam as devidas fiscalizações, uma vez que eles possuem a fé pública para atingir os contraventores. A gente não tem força de polícia. Não só a ANP, como os demais órgãos de fiscalização, tem uma competência. A ANP atua na área regulatória e de qualidade dos produtos. Mas existem outros órgãos que também realizam ações, como Procons, IPEM e o Ministério Público, além de forças-tarefas.

O indício de irregularidades que vêm aumentando nas ações da ANP é muito mais pela assertividade das ações. É como se fosse uma balança: quando começou a ter mais ilícito de sonegação e inadimplência, qualidade e problemas operacionais diminuíram. Quando se combateu bastante a sonegação e a inadimplência, voltamos a ter problemas de qualidade, quantidade e até mesmo pirataria e contrabando. O que está acontecendo agora, em função até do combate a sonegação e inadimplência, é o recrudescimento de problemas operacionais. A gente sempre teve esse tipo de situações. Agora, a ANP vem dando mais visibilidade até porque a gente tem hoje mecanismos de controle mais assertivos e as ilicitudes têm sido encontradas com maior frequência.

Sindilub Press: Qual o maior desafio na fiscalização?

Carlo Faccio: Existe um componente novo nessa modelagem. Antes, você tinha situações pontuais. Agora, estamos falando de problemas estruturais, onde existem grupos organizados, buscando ganhar em todos os elos da cadeia: produção, distribuição, logística, revenda. Eles começam a praticar irregularidades em qualquer etapa da cadeia de comercialização de combustíveis e lubrificantes.

André Alves: É importante acrescentar que, no setor de lubrificantes, a gente tem um universo com vários segmentos e mais de três mil produtos. Isso obviamente traz uma complexidade para a fiscalização. O nível de informação e conhecimento é muito mais exigente para os agentes fiscalizadores. Então, isso facilita o mercado irregular a agir cada vez mais, tanto com fraudes operacionais, quanto tributárias.

A estrutura de canais de distribuição dos lubrificantes também é um desafio, que é bem diferente dos combustíveis, praticamente concentrada na indústria e nos postos de serviços. De lubrificantes, a gente tem um número bem ampliado de canais: oficinas mecânicas, autopeças, supermercados, o varejo todo participa. A gente está falando de um produto envasado. No ano passado, pela primeira vez, o lubrificante foi o produto com o maior volume de apreensão pela ANP.

Sindilub Press: Como o ICL contribui para as ações de fiscalização?

Carlo Faccio: Nós temos investido também na capacitação dos agentes públicos, especialmente no setor de lubrificantes. Eu posso até admitir que talvez as irregularidades no passado já existiam, mas elas não eram colocadas à vista de todos.

Neste momento, algumas práticas que antes poderiam ser consideradas comuns e não eram tidas como ilícitas – e ninguém fiscalizava – agora são identificadas. Sempre houve, mas antes não havia materialidade suficiente, não tinha um equipamento para fazer testes, não havia uma equipe capacitada para identificar os problemas. Desde outubro do ano passado a gente vem atuando junto à ANP para que se façam módulos específicos de treinamento na área de lubrificantes para os agentes fiscalizadores. ■